

CAPÍTULO 4

ACESSO E PERMANÊNCIA DE HOMENS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: TRAJETÓRIAS, BARREIRAS LINGUÍSTICAS E DESAFIOS À INCLUSÃO



<https://doi.org/10.68044/4hqa8h74>

Marcos Paulo de Almeida¹

Mestre em Estudos da Tradução pela Universidade de Brasília - UnB. Atualmente atua como professor na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, campus Araguatins.



RESUMO: Este artigo analisa o acesso e a permanência de homens surdos no ensino superior brasileiro, com ênfase nas trajetórias acadêmicas, nas barreiras linguísticas e nos desafios institucionais à inclusão. Trata-se de estudo bibliográfico-documental, de abordagem qualitativa, fundamentado em dez produções acadêmicas disponibilizadas para a pesquisa, publicadas entre 2012 e 2026. O corpus evidencia crescimento das matrículas de estudantes surdos, mas demonstra que o ingresso não assegura participação, aprendizagem, permanência e conclusão. O recorte masculino aparece de modo ainda pouco sistematizado: alguns estudos informam sexo ou gênero dos participantes, enquanto outros apresentam trajetórias individuais de homens surdos sem desenvolver análise específica das masculinidades. As evidências convergem para obstáculos relacionados à Libras, ao português acadêmico, aos materiais acessíveis, à formação docente, à atuação de intérpretes e às políticas institucionais. Conclui-se que a permanência requer ambientes bilíngues, acessibilidade comunicacional e acompanhamento acadêmico contínuo, preservando a singularidade linguística dos estudantes surdos até a diplomação.

Palavras-chave: Homens surdos; Ensino superior; Permanência; Barreiras linguísticas.

INTRODUÇÃO

A presença de estudantes surdos na educação superior brasileira precisa ser compreendida em uma dupla perspectiva: como resultado de processos de ampliação do acesso e, simultaneamente, como ponto de partida para a análise das condições concretas de permanência. Os dados examinados por Rocha, Lacerda e Prieto (2024, p. 14) mostram que, entre 2016 e 2020, enquanto o total de matrículas da educação superior cresceu cerca de 8%, as matrículas de estudantes surdos, surdocegos e com deficiência auditiva aumentaram mais de 49%. O crescimento quantitativo é relevante porque sinaliza maior presença desse público nas instituições; entretanto, não permite

concluir, por si só, que a experiência universitária se tornou linguisticamente acessível, pedagogicamente adequada ou capaz de assegurar conclusão de curso. Os próprios autores indicam a necessidade de investigar “se a ampliação de matrículas se consolida em maior permanência e conclusão de cursos” (Rocha; Lacerda; Prieto, 2024, p. 14).

Essa distinção entre ingresso e permanência é decisiva para o tema deste artigo. A entrada formal na universidade representa apenas uma dimensão do direito à educação. Para estudantes surdos, a permanência envolve acesso contínuo à comunicação, aos conteúdos, às avaliações, às relações acadêmicas e aos serviços institucionais, em condições que considerem a Libras, a visualidade e as especificidades linguísticas. Vereta e Streiechen (2022), ao revisarem dissertações e teses sobre o tema, diferenciam acesso e acessibilidade de modo particularmente útil para compreender esse processo:

Nesse compasso, há dois conceitos bastante utilizados nas discussões sobre inclusão e que, de forma equivocada, são interpretados como sinônimos, são eles: acesso e acessibilidade. O acesso detém-se na possibilidade de ingresso do surdo às instituições educacionais. Já, a acessibilidade vai muito além, pois ela visa a permanência do aluno, enfocando a qualidade e eficácia do ensino e da aprendizagem (Vereta; Streiechen, 2022, p. 150).

No interior desse debate, o recorte proposto neste trabalho concentra-se nos homens surdos. A escolha não pressupõe que as

barreiras linguísticas sejam exclusivas do sexo ou do gênero masculino. Ao contrário, o corpus consultado demonstra que grande parte das dificuldades relatadas é compartilhada por estudantes surdos em diferentes posições sociais. O problema analítico está justamente na escassez de pesquisas que transformem sexo ou gênero em categoria de interpretação da permanência. Em alguns estudos, a informação aparece apenas na caracterização da amostra; em outros, é possível reconhecer trajetórias masculinas individualizadas, mas sem uma discussão sistemática sobre masculinidades, gênero e surdez. Assim, a expressão “homens surdos”, no título, opera como um recorte de leitura sobre evidências disponíveis e, ao mesmo tempo, evidencia uma lacuna de investigação.

A dissertação de Lima (2012, p. 64) oferece um registro importante para essa problematização. Entre treze estudantes surdos ou identificados institucionalmente como pessoas com deficiência auditiva matriculados na universidade estudada, quatro eram homens e nove eram mulheres. A autora observa ainda que os quatro homens estavam distribuídos em Administração, Comunicação Social, Medicina e Tecnologia e Mídias Digitais, enquanto a maior parte das mulheres se concentrava em Psicologia e Pedagogia. A interpretação apresentada no estudo é a de que esse desenho parecia reproduzir uma divisão tradicional entre trabalho feminino e masculino. Por ser uma pesquisa de 2012 e empregar categorias próprias de seu contexto

institucional, esse dado não deve ser generalizado; contudo, ele mostra que a dimensão de gênero pode produzir perguntas relevantes quando os registros de matrícula deixam de ser tratados como números indiferenciados.

Duas fontes permitem aproximar a análise das trajetórias individuais. Silva (2023, p. 132-134), ao estudar políticas de acesso e permanência no Instituto Federal do Espírito Santo, registra a existência de dois estudantes surdos em determinado campus: uma mulher do curso de Engenharia Civil e um homem do curso de Geografia. O estudante de Geografia havia ingressado em 2018 por ação afirmativa destinada a pessoas com deficiência, era fluente em Libras e em português, utilizava aparelho auditivo e, segundo o relato institucional, conseguia comunicar-se também com pessoas que não dominavam Libras. Barbosa e Francisco Junior (2025), por sua vez, analisam autobiograficamente a trajetória de um estudante-pesquisador surdo da graduação em Letras-Libras ao mestrado, o que possibilita observar como a mudança de um ambiente com maior presença da Libras para a pós-graduação intensificou exigências relativas à leitura e à escrita acadêmica em português.

Diante desse quadro, formula-se a seguinte questão: como as produções consultadas permitem compreender o acesso e a permanência de homens surdos no ensino superior, considerando trajetórias acadêmicas, barreiras linguísticas e desafios institucionais

à inclusão? O objetivo é analisar as evidências disponíveis sobre homens surdos no conjunto de pesquisas selecionadas, articulando-as às discussões mais amplas sobre acesso, acessibilidade, Libras, português acadêmico, atuação de tradutores e intérpretes, formação docente, materiais acessíveis e políticas institucionais.

Metodologicamente, trata-se de estudo bibliográfico-documental, de abordagem qualitativa. O corpus é composto por dez produções acadêmicas disponibilizadas para elaboração deste artigo: duas dissertações, sete artigos e um trabalho apresentado em evento, publicados entre 2012 e 2026. Foram considerados especialmente os trechos que tratam de ingresso, permanência, caracterização dos participantes, relações linguísticas, recursos de acessibilidade, formação acadêmica e conclusão de curso. Duas cópias duplicadas de documentos enviados foram consolidadas como uma única produção, evitando a contagem repetida de fontes. A interpretação preserva a terminologia de cada estudo, mas distingue, sempre que os dados permitem, estudantes surdos usuários de Libras de participantes classificados como pessoas com deficiência auditiva, evitando transformar categorias diferentes em equivalentes.

REFERENCIAL TEÓRICO

Vereta e Streiechen (2022, p. 158-160) reforçam que a garantia normativa do direito não basta quando a instituição não transforma seu

cotidiano. Para as autoras, o estudante precisa ser amparado pela comunidade universitária e encontrar estratégias de ensino capazes de favorecer uma formação efetivamente acessível. A permanência, nessa perspectiva, não é responsabilidade individual do estudante surdo, nem pode ser reduzida à presença de um profissional específico. Ela depende da articulação entre instituição, docentes, recursos de comunicação, materiais, avaliação e relações acadêmicas. Essa compreensão é importante para analisar os homens surdos porque evita interpretar sua continuidade no curso como simples expressão de esforço pessoal ou resistência individual.

Ferreira e Miranda (2024, p. 1) acrescentam uma dimensão frequentemente subestimada: o acesso à informação institucional em Libras antes e durante o percurso universitário. O produto educacional analisado pelas autoras foi construído para apresentar, em formato acessível, informações sobre cursos, formas de oferta, ingresso e atendimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. A proposta indica que a permanência começa antes da sala de aula. Conhecer procedimentos, serviços, setores de apoio e direitos é parte da acessibilidade, especialmente em instituições cuja circulação de informação permanece predominantemente escrita em português.

Silva (2023, p. 4) trabalha a inclusão a partir da articulação entre culturas, políticas e práticas institucionais. Ao recuperar a

formulação de Santos e Nascimento por meio de Santos, o autor mostra que valores, normas e modos de agir precisam ser lidos de forma integrada. No texto consultado, a formulação aparece como citação de citação: culturas correspondem aos valores construídos, políticas incluem tanto políticas públicas quanto arranjos institucionais, e práticas remetem ao modo como sujeitos e instituições efetivamente agem (Santos; Nascimento, 2016, p. 157 *apud* Santos, 2017, p. 42). Aplicada ao ensino superior, essa perspectiva permite compreender por que a existência de uma norma de inclusão pode coexistir com rotinas que ainda produzem barreiras linguísticas.

O estado do conhecimento de Yaegashi *et al.* (2026, p. 19-20) sintetiza essa discussão ao afirmar que o acesso formal não garante inclusão real. Nos dez estudos analisados pelas autoras, a permanência é atravessada por barreiras linguísticas, políticas institucionais frágeis, dificuldades de apoio pedagógico e insuficiência de recursos acessíveis. A formulação é especialmente relevante para este artigo porque permite compreender a trajetória de homens surdos dentro de um ciclo acadêmico: ingresso, participação, aprendizagem, progressão, permanência e conclusão. A interrupção pode ocorrer em qualquer etapa quando a instituição transfere ao estudante a responsabilidade de adaptar-se a um ambiente que não considera sua língua e sua experiência visual.

O estudo de Lima (2012, p. 64) é um dos poucos a comentar diretamente a distribuição por sexo. Dos treze estudantes identificados, quatro eram homens e nove mulheres. Nenhum dos quatro homens estava matriculado em Psicologia ou Pedagogia; eles se distribuíam por Administração, Comunicação Social, Medicina e Tecnologia e Mídias Digitais. A autora interpreta esse desenho como possível expressão de uma divisão tradicional entre trabalho feminino e masculino. Esse resultado deve ser lido com cautela: trata-se de uma única instituição, com pequeno número de participantes, em contexto de mais de uma década atrás. Ainda assim, ele demonstra que o gênero pode interferir nas perguntas sobre escolha de curso, pertencimento acadêmico, expectativas profissionais e composição das redes de apoio.

A pesquisa de Rocha (2025, p. 5) oferece um quadro mais recente e metodologicamente distinto. Entre os dezenove respondentes, nove eram homens; dentro do grupo especificamente surdo e usuário de Libras, três eram homens e cinco mulheres. O dado é importante porque mostra a presença masculina em cursos de graduação e pós-graduação de universidades federais, mas o autor não desagrega as experiências de permanência por sexo. Assim, é possível afirmar que homens surdos compuseram a amostra, porém não que os resultados sobre relações com professores, intérpretes e colegas sejam mais intensos ou menos intensos para eles do que para as mulheres.

Essa distinção entre presença e explicação é central para evitar generalizações.

Silva (2023, p. 132-134) permite observar um caso masculino em maior detalhe institucional. O estudante surdo do curso de Geografia havia ingressado em 2018 por ação afirmativa, utilizava Libras e português e fazia uso de aparelho auditivo. No campus analisado, havia profissionais de tradução e interpretação e ações voltadas ao atendimento educacional especializado, mas a disponibilidade de materiais em Libras não era rotina. A situação desse estudante mostra que a competência comunicativa individual não elimina a responsabilidade institucional: ser fluente em português ou conseguir interagir com ouvintes não significa que o estudante deva receber conteúdos exclusivamente pelas vias tradicionais.

A autobiografia analisada por Barbosa e Francisco Junior (2025) aprofunda a dimensão da trajetória masculina. O estudante-pesquisador relata que, na graduação em Letras-Libras, encontrou ambiente mais favorável à sua língua, com outros estudantes surdos, colegas ouvintes usuários de Libras e intérpretes quando necessários. Na pós-graduação, o cenário se alterou: ele passou a ser o único estudante surdo do programa e enfrentou forte centralidade da língua portuguesa na leitura e na escrita científica. Essa passagem evidencia que a permanência não é uma condição estável adquirida no ingresso. Um mesmo homem surdo pode experimentar diferentes graus de

acessibilidade conforme o curso, o nível de ensino, as pessoas presentes, as práticas pedagógicas e o estatuto concedido à Libras.

Desse modo, trabalhar com o título “homens surdos” exige uma postura analítica delimitada. O gênero não pode ser usado para atribuir aos participantes características presumidas, nem para afirmar que determinados obstáculos decorrem da masculinidade. O recorte serve para perguntar onde os homens estão, quais trajetórias aparecem nas pesquisas, quais cursos frequentam, como são descritos e, principalmente, por que tão poucas análises exploram essa dimensão. Estudos futuros poderiam combinar dados quantitativos desagregados por sexo/gênero com entrevistas em Libras e acompanhamento longitudinal, permitindo comparar experiências sem reduzir a surdez ou a masculinidade a explicações isoladas.

No estudo de Silva (2023), a insuficiência de materiais em Libras aparece de forma concreta. Ao descrever o cotidiano dos dois estudantes surdos do campus, um coordenador reconhece a existência de iniciativas de tradução e videoaulas, mas ressalta que elas não constituem regra. O depoimento explicita o efeito formativo dessa desigualdade de acesso:

Quando eu digo que existe um movimento, é porque eu acho que acaba não sendo possível ou não tem sido possível com mais frequência para os nossos estudantes. Tanto na Engenharia Civil pelas dificuldades de acesso a conteúdos, livros, textos, que não estão traduzidos ali, mas existem alguns

professores [...] que já tem algumas aulas traduzidas, que tentam de alguma forma tornar aquele conteúdo acessível para os estudantes através de videoaulas, [...] mas não é uma regra [...]. Então, eu acho [...] que ainda muito do que esse estudante acessa acaba sendo pelas vias tradicionais; e isso, de certo modo, pode ser mais uma barreira para a formação (Silva, 2023, p. 134).

A passagem é relevante porque desloca o foco da suposta incapacidade do estudante para a organização linguística da própria instituição. Se livros, textos, aulas e atividades chegam prioritariamente em português, o estudante surdo precisa investir tempo adicional na compreensão e, muitas vezes, depender de mediações que poderiam ter sido planejadas desde o início. No caso do homem surdo do curso de Geografia descrito por Silva (2023, p. 133-134), a fluência em português não torna dispensável a Libras nem converte materiais não acessíveis em materiais adequados. A bilinguagem do estudante deve ampliar possibilidades, e não justificar a manutenção de um ambiente monolíngue.

A trajetória autobiográfica de Barbosa e Francisco Junior (2025) evidencia esse ponto na passagem para o mestrado. A graduação em Letras-Libras havia oferecido contato intenso com a língua de sinais e com outros sujeitos surdos; a pós-graduação, por sua vez, demandou leitura científica extensa e produção acadêmica formal em português. O estudante registra:

Desde o começo do mestrado, necessitei me inserir na área da pesquisa e leitura científica, imergindo assim nas leituras de diversos artigos. [...]. Como esse processo de pesquisa requeria mais rigor teórico e analítico, exigiu de mim a habilidade de leitura mais ampla, de textos mais longos e densos. Embora eu já tivesse um pouco mais de domínio do português escrito, tanto para a leitura quanto para a escrita, ainda assim, foi desafiador, porque a minha apreensão dos conteúdos não acontecia de forma tão rápida quanto o tempo do mestrado exige. Precisei ter uma cuidadosa atenção aos seminários e às disciplinas para conseguir obter uma melhor assimilação dos conteúdos expostos. (Barbosa; Francisco Junior, 2025, p. 7).

Ferreira e Miranda (2024) mostram outra face da barreira linguística: a informação administrativa. Uma universidade pode oferecer intérpretes em sala e, ainda assim, manter editais, orientações de matrícula, explicações sobre cursos e serviços de apoio apenas em português escrito. A produção de uma cartilha acessível em Libras, no caso estudado, procura reduzir esse problema. A iniciativa sugere que a acessibilidade deve atravessar toda a comunicação institucional, do ingresso à conclusão, incluindo secretarias, núcleos de acessibilidade, bibliotecas, sistemas digitais e orientações acadêmicas.

A presença de tradutores e intérpretes de Libras é uma condição relevante, mas as fontes rejeitam a ideia de que esse profissional, sozinho, resolva a inclusão. Rocha (2025, p. 1) investiga precisamente as relações de estudantes surdos e com deficiência auditiva com professores, tradutores-intérpretes e colegas ouvintes. Os

resultados indicam que a permanência permanece complexa porque há pouco interesse no aprendizado da Libras e poucas ações orientadas ao respeito às singularidades linguísticas. Isso significa que a mediação profissional precisa estar inserida em um ambiente institucional que reconheça a Libras e distribua responsabilidades entre diferentes atores.

A formação docente aparece como um ponto recorrente. Silva (2023, p. 133) registra que os estudantes do campus contavam com professores, intérpretes e atendimento educacional especializado, mas o relato institucional não permitia afirmar que todos os docentes tivessem formação específica sobre surdez. Barbosa e Francisco Junior (2025, p. 7) associam a falta de formação e o desconhecimento da cultura surda a dificuldades de inclusão na pós-graduação. Faria, Peixoto e Oliveira (2024) também sintetizam pesquisas nas quais estratégias tradicionais de aula dificultam o acesso simultâneo ao professor, à escrita e à interpretação. Em conjunto, os estudos indicam que a formação não pode limitar-se a orientações pontuais no início do semestre; precisa alcançar planejamento, avaliação, recursos visuais, interação e produção de materiais.

O estudo de Yaegashi *et al.* (2026) reúne de forma clara os obstáculos identificados na produção recente. A síntese das autoras demonstra que a barreira linguística se articula a políticas frágeis e a condições pedagógicas insuficientes:

Dentre os achados mais recorrentes, destacam-se as barreiras linguísticas, apontadas em três estudos, que evidenciam as dificuldades de comunicação decorrentes da ausência de materiais acessíveis e do limitado domínio da Libras por parte de professores e colegas. Essas barreiras de natureza linguística estão relacionadas à ausência ou insuficiência de intérpretes de Libras, à falta de políticas linguísticas institucionais e à limitação no uso de materiais adaptados – e de natureza atitudinal –, associadas à indiferença, ao desrespeito e à falta de empatia por parte da comunidade acadêmica (Yaegashi *et al.*, 2026, p. 19).

A passagem mostra que uma política institucional efetiva deve combinar dimensões. Disponibilizar intérprete sem material acessível mantém parte da barreira; produzir vídeos em Libras sem formar docentes pode reduzir acesso informacional, mas não transformar a interação pedagógica; reconhecer a Libras em documentos institucionais sem garantir profissionais e recursos deixa a política no plano declaratório. Por isso, a articulação entre culturas, políticas e práticas, discutida por Silva (2023) a partir de Santos (2017), ajuda a compreender a permanência como processo sistêmico. O que a instituição valoriza, o que formaliza e o que efetivamente faz precisam convergir.

A discussão sobre permanência precisa evitar duas reduções opostas: considerar o estudante surdo apenas como destinatário passivo de apoios ou, inversamente, atribuir a ele toda a responsabilidade pelo próprio sucesso. Barbosa e Francisco Junior (2025, p. 8-9) oferecem elementos para superar essa dicotomia. O

estudante-pesquisador desenvolveu autonomia, comprometeu-se com a própria aprendizagem e reconheceu no mestrado oportunidades de desenvolvimento intelectual. Ao mesmo tempo, sua narrativa descreve obstáculos concretos relacionados ao português formal, à ausência de adaptações, à comunicação e à cultura surda. A autonomia emerge, assim, como construção situada, favorecida ou dificultada pelas condições institucionais.

Yaegashi *et al.* (2026, p. 19) observam que parte das pesquisas recentes destaca o protagonismo surdo, a autonomia e a identidade linguística como componentes de um espaço acadêmico inclusivo. Esse protagonismo não significa dispensar políticas de acessibilidade; significa incluir estudantes surdos na formulação das estratégias que os afetam, reconhecer seus conhecimentos sobre a própria experiência e ampliar sua participação nos processos decisórios. Para pesquisas sobre homens surdos, isso sugere a necessidade de entrevistas conduzidas em condições linguisticamente acessíveis e de metodologias que permitam aos participantes narrar suas trajetórias em Libras, sem subordinar sua experiência à interpretação exclusiva de ouvintes.

A conclusão do curso deve ocupar lugar explícito nessa discussão. Rocha, Lacerda e Prieto (2024, p. 14) defendem que pesquisas futuras verifiquem se o crescimento das matrículas se converte em permanência e conclusão. Yaegashi *et al.* (2026, p. 20)

ampliam essa perspectiva ao afirmar que as ações devem contemplar o ciclo acadêmico de modo integral, desde o ingresso até a permanência e a conclusão. A combinação dessas proposições permite redefinir sucesso institucional: não basta matricular um homem surdo, disponibilizar um recurso inicial e contabilizar sua presença. É necessário acompanhar se ele participa, progride, produz conhecimento e conclui o percurso em condições linguisticamente justas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das dez produções acadêmicas disponibilizadas permite concluir que o debate sobre acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior avançou, especialmente no reconhecimento das barreiras linguísticas e da necessidade de políticas institucionais, mas o recorte específico dos homens surdos permanece pouco desenvolvido. Os estudos registram homens em matrículas e amostras, além de apresentar trajetórias masculinas individuais, porém raramente transformam sexo ou gênero em categoria de análise. Por essa razão, este artigo não atribuiu aos homens surdos dificuldades que as fontes não compararam entre gêneros; utilizou o recorte masculino para tornar visíveis evidências dispersas e delimitar uma lacuna de pesquisa.

No recorte masculino, quatro achados se destacam. Primeiro, Lima (2012) registra quatro homens entre treze estudantes e identifica distribuição de cursos distinta daquela observada entre as mulheres, levantando uma questão de gênero que permaneceu sem continuidade sistemática no corpus. Segundo, Silva (2023) documenta um homem surdo no curso de Geografia, usuário de Libras e português, cuja trajetória revela que a competência bilíngue individual não elimina a necessidade de materiais acessíveis. Terceiro, Rocha (2025) identifica três homens entre os oito participantes surdos usuários de Libras, mas não desagrega os resultados de permanência por sexo. Quarto, Barbosa e Francisco Junior (2025) apresentam uma trajetória autobiográfica masculina da graduação ao mestrado, mostrando como a passagem de um ambiente com maior presença da Libras para a pós-graduação intensificou desafios relacionados ao português acadêmico e à cultura institucional.

As barreiras linguísticas constituem o núcleo de maior convergência. Elas envolvem ausência ou insuficiência de materiais em Libras, centralidade do português, domínio limitado da Libras por docentes e colegas, necessidade de intérpretes e práticas pedagógicas pouco ajustadas à visualidade. Yatim e Weininger (2024) mostram que tais barreiras possuem dimensão social e institucional; Yaegashi *et al.* (2026) demonstram sua recorrência na produção recente; Ferreira e Miranda (2024) evidenciam que até a informação administrativa

precisa ser acessível. Dessa forma, políticas de permanência devem alcançar sala de aula, orientação, serviços, plataformas digitais, comunicação institucional, pesquisa e extensão.

Como limite, este estudo trabalha com um corpus bibliográfico heterogêneo, de diferentes períodos, instituições e desenhos metodológicos. Parte das fontes agrega surdos e pessoas com deficiência auditiva; outras distinguem usuários e não usuários de Libras. Além disso, a pequena quantidade de dados desagregados por gênero impede comparações robustas entre homens e mulheres. Esses limites não enfraquecem a relevância do recorte; ao contrário, demonstram a necessidade de novas investigações que acompanhem homens surdos ao longo do curso, analisem ingresso, trancamento, evasão e conclusão, considerem diferentes áreas de formação e incorporem narrativas produzidas em Libras.

Conclui-se, portanto, que estudar o acesso e a permanência de homens surdos requer articular gênero e trajetória sem perder de vista que a barreira mais documentada no corpus é linguístico-institucional. A universidade inclusiva não se define apenas pelo número de estudantes que consegue admitir, mas pela capacidade de criar condições para que eles permaneçam, desenvolvam autonomia, participem das redes acadêmicas e concluam seus cursos. Para os homens surdos identificados nas pesquisas, essa possibilidade está diretamente relacionada ao reconhecimento da Libras, à acessibilidade

comunicacional, à qualidade das mediações pedagógicas e à continuidade das políticas de apoio até a diplomação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Daniel Cícero dos Santos; FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Sobre os obstáculos e aprendizagens de um estudante surdo na educação superior: transição entre graduação e pós-graduação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 18, n. 37, e21347, 2025. DOI: 10.20952/revtee.v18i37.21347. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/21347>. Acesso em: 5 jul. 2026.

FARIA, Abner Alves Borges; PEIXOTO, Luanna; OLIVEIRA, Maria Beatriz. Desafios e perspectivas na educação superior: a trajetória acadêmica de alunos surdos. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO, 2024. **Anais Estendidos** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2024. DOI: 10.5753/semiedu_estendido.2024.32487. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/download/32487/32284/. Acesso em: 9 jul. 2026.

FERREIRA, Eloir da Silva; MIRANDA, Andréa da Silva. Acessibilidade para o ingresso e permanência do estudante surdo no Ensino superior: apresentação de produto educacional. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 17, n. 36, e19240, 2024. DOI: 10.20952/revtee.v17i36.19240. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/19240>. Acesso em: 14 jul. 2026.

LIMA, Priscila Escanfella Alves de. **O acesso e permanência de indivíduos surdos no ensino superior**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10370/1/PRISCILA%20ESCANFELLA%20ALVES%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da. A permanência de estudantes surdos e com deficiência auditiva em cursos de graduação e pós-graduação: disputas e lutas em torno das singularidades. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, e300079, 2025. DOI: 10.1590/S1413-24782025300079. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/87rgg7Px9dnPfWsM4t79ZGR/?lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; PRIETO, Rosângela Gavioli. Um retrato das matrículas de estudantes da Educação Especial e da educação de surdos, surdocegos e deficiência auditiva: da Educação Básica à Educação Superior. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e22596, p. 1-17, 2024. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.19.22596.022. Disponível em:
https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/pt_BR/article/view/22596. Acesso em: 31 jul. 2026.

SANTOS, Mônica dos. **Culturas, políticas e práticas de inclusão na administração pública**: contribuições a partir de uma escola de governo. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/ppge-dissertacoes-2017.html>. Acesso em: 2 set. 2026.

SANTOS, Mônica Pereira dos; NASCIMENTO, Leyse Monick França. Diferentes sentidos de “não”: vozes de professores em formação continuada sobre o tema da inclusão. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 153-175, set./dez. 2016. DOI: 10.5965/1984723817352016153. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817352016153>. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVA, Gabriel Oliveira da. **Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior**: desafios frente à implementação de políticas públicas de inclusão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. 2023. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, Seropédica, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19875>. Acesso em: 8 set. 2026.

VERETA, Crislaine Letícia; STREIECHEN, Eliziane Manosso. Acesso e permanência do aluno surdo no ensino superior. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 1, p. 149-162, jan./jun. 2022. DOI: 10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p149-162. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p149-162>. Acesso em: 11 set. 2026.

YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Cleia Torino de; RODRIGUERO, Celma Regina Borghi; BIANCHINI, Luciane Guimarães Batistella. Acesso e permanência de estudantes surdos no ensino superior: um estudo do tipo estado do conhecimento. **Revista Internacional de Pesquisa em Didática das Ciências e Matemática**, Itapetininga, v. 7, e026001, p. 1-28, 2026. Disponível em: https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/revin/pt_BR/article/view/2922. Acesso em: 15 set. 2026.

YATIM, Nahla; WEININGER, Markus Johannes. Barreiras linguísticas na educação superior: experiência pessoal de uma pessoa surda brasileira. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 1-24, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N10-073. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6074>. Acesso em: 17 set. 2026.